

Relatório desvenda esquema de empreiteiras

■ Odebrecht controlava 'holding' que manipulava licitações e pagava propinas a parlamentares e altos escalões do governo

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — Os integrantes da CPI do Orçamento receberam ontem os documentos que desvendam um verdadeiro esquema paralelo de poder conduzido pelas empreiteiras no governo. O relato feito pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio, está fundamentado em documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa de um diretor da Norberto Odebrecht, em Brasília. Era esta empresa que comandava a *sociedade secreta* formada pelas construtoras OAS, Andrade Gutierrez, CBPO, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, EIT, Cowan, C.R. Almeida, Constran e Tratex, além da própria Odebrecht.

A *holding* garantia a divisão equitativa, entre as empreiteiras citadas, das obras realizadas com recursos do orçamento da União em todo o país. Os documentos recolhidos e as atas de diversas reuniões dos lobistas indicam que até as licitações eram fraudadas, ou previamente acertadas. A construtora que vencesse a licitação ficava obrigada a repassar 36% do valor da obra para a *holding*. Este percentual não poderia ser recusado, se a empreiteira designada como vencedora perdesse, de fato, a licitação. Para dar o que o senador Bisol define como a "cara da verdade", o esquema permitia também que uma construtora ingressasse na Justiça questionando a validade de uma ou outra licitação perdida. O recurso, porém, era pura farsa.

O *corruptograma* das empreiteiras mostra que não só parlamentares estão envolvidos. O trabalho dos lobistas, em muitos casos, começava junto aos governadores e

prefeitos que eram induzidos a aceitarem as obras sugeridas pelas empreiteiras. Na segunda etapa, os parlamentares eram contatados para incluírem as emendas ao orçamento, quando estas já não figuravam por iniciativa de altos funcionários do Executivo. Cada lobista estava encarregado de supervisionar um determinado grupo de parlamentares. Estes, por sua vez, podiam receber propinas variáveis entre 3% e 10% do valor da emenda. Alguns, entretanto, só recebiam presentes.

No Congresso, o *modus operandi* contemplava os parlamentares normalmente com 3% de um valor previamente estipulado. O percentual eram pago de acordo com os desembolsos do governo à empreiteira, e com regras ajustadas com funcionários do Executivo. A aprovação da emenda parcial garantia uma propina de 2%, mas o parlamentar podia receber até 5% pela liquidez do projeto.

Grupos — Os parlamentares também eram classificados em grupos. O primeiro grupo era constituído pelos deputados que apoiavam as empreiteiras em CPIs, projetos e emendas sem cobrar nada, mas esperavam apoio nas eleições. Um segundo time era composto por parlamentares em postos-chaves do Congresso ou da Comissão de Orçamento. Em uma terceira categoria figuram políticos de oposição que eram procurados na tentativa de "reduzir" as áreas de "agressão".

Após a aprovação do orçamento, a *holding* e seus lobistas iniciavam os trabalhos junto aos altos funcionários do Executivo que se

encarregavam de liberar os recursos. Também neste caso o esquema garantia o pagamento de elevadas quantias a título de participação. Alguns funcionários do Executivo e parlamentares eram tão assíduos, que figuravam na folha de pagamento regular do esquema.

A divisão dos lucros entre as empreiteiras seguia critérios matemáticos, de forma a assegurar que todas fossem beneficiadas. Dos 36% destinados à *holding*, saíam os recursos para pagar as despesas fixas do esquema. Cerca de 80% deste dinheiro era a participação calculada que ficava com a *holding* e 20% era a "participação atribuída", para pagar as propinas de acordo com o valor da obra. Além disso, as empresas dividiam entre si as diversas regiões do país, não só realizando obras com recursos orçamentários, mas também contribuindo para as campanhas eleitorais dos parlamentares que eram considerados de interesse do partido das empreiteiras.

□ A visita do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) ao ministro do Exército, general Zenildo Lucena, às 15h40 de ontem, deu a medida da preocupação com a possibilidade de um golpe que tomou conta da CPI do Orçamento. Lucena ouviu atentamente o parlamentar e repetiu o que tem dito a seus assessores que trabalham no Legislativo. "Acho que tudo tem que ser apurado para que todos os envolvidos sejam punidos e haja uma revitalização das instituições", disse um coronel a parlamentares. O deputado José Genoíno (PT-SP) foi conversar com o secretário da SAE, almirante Mário César Flores.



Bisol (E) e Mercadante: plano previa ações fictícias contra licitações